



DESENCONTOS ENTRE CURRÍCULO E PRÁTICA DOCENTE: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES DE SOCIOLOGIA DO PARANÁ

Willian Oliveira da Silva, Universidade Federal do Paraná
Fernanda Landolfi Maia, Universidade Federal do Paraná

Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Práticas de ensino e conteúdos
curriculares

Resumo

Este estudo almeja compreender as condições de trabalho dos professores de Sociologia do estado do Paraná, as mudanças curriculares e as legislações pertinentes à educação básica. Parte-se da seguinte questão: Como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM) contribuíram para intensificar e precarizar o trabalho dos professores de Sociologia no estado do Paraná? Ainda, o objetivo geral trata de: Compreender a trajetória da disciplina de Sociologia no currículo escolar e seus impactos no trabalho docente, com ênfase nas reformas recentes. Quanto ao aspecto metodológico trata-se de uma pesquisa aplicada e exploratória, com método misto, qualitativa e quantitativa. Num primeiro momento foi realizada uma revisão teórica e documental acerca dos currículos brasileiros identificando as tensões e implicações provenientes dos contextos políticos do país, além disso foi aplicado um questionário com uma amostra de 37 professores de Sociologia atuantes nas escolas do Paraná, com o intuito de explorar as condições materiais de trabalho destes profissionais. Como principais resultados, identificamos que a BNCC e o NEM modelam os currículos escolares por meio da pedagogia das competências, afetando o entendimento e a inserção da Sociologia como disciplina escolar. Numa análise preliminar os dados mostram que diante deste novo cenário, amplia-se a condição de intensificação, flexibilização e precarização do trabalho destes professores.

Palavras-chave: Condições de trabalho docente; Currículo; Ensino de Sociologia

1. Introdução

Este trabalho observa as legislações pertinentes ao ensino de Sociologia na educação básica ao longo da história, suas nuances e transformações que a disciplina sofreu nos últimos anos, sobretudo em função da Lei n. 13.415/2017 que institui o Novo Ensino Médio e a publicação da Base Nacional Comum Curricular (em 2018). Tais mudanças impactaram os currículos escolares e a organização escolar em todo o país e ao mesmo tempo aprofundaram processos já iniciados anteriormente de precarização e intensificação do trabalho docente.

É diante deste contexto que busca-se responder a seguinte pergunta: Como a implementação da BNCC e do NEM contribuíram para intensificar e precarizar o trabalho dos professores de Sociologia no estado do Paraná? Ainda, o objetivo geral trata de: Compreender a trajetória da disciplina de Sociologia no currículo escolar e seus impactos no trabalho docente e os objetivos específicos pretendem: 1) Refletir sobre as legislações pertinentes ao campo educacional da Sociologia no Brasil e no Paraná, 2) Compreender como se constitui a estrutura da rede básica de ensino e a carreira dos professores da disciplina de Sociologia no Paraná, 3) Levantar as condições materiais de trabalho destes professores.

2. Metodologia

Esta é uma pesquisa aplicada e exploratória, com o intuito de analisar as condições materiais de trabalho de professores de Sociologia do estado do Paraná da educação básica na rede pública de ensino. Inicialmente foram realizadas pesquisas documental e bibliográfica por meio das legislações e documentos curriculares brasileiros e paranaenses que instituem o ensino de Sociologia bem como por meio de teorias que refletem sobre o currículo e o processo de precarização do trabalho docente.

Para atingir os objetivos foi aplicado um questionário, com 32 questões fechadas e 05 questões abertas, totalizando 37 questões, aplicado entre os meses de abril e junho de 2023 a partir de uma amostra aleatória, não probabilística e intencional, por acessibilidade e no cronograma da pesquisa há previsão de aplicação de entrevistas semi-estruturadas, em profundidade, com alguns dos respondentes, no mês de novembro do presente ano. O questionário foi direcionado para professores que estão com aulas de Sociologia no ano de 2023 nas escolas estaduais do Paraná totalizando 41 respostas, destas, 37 atendiam os critérios estabelecidos. Além das condições materiais de trabalho, foi possível observar a distância entre a casa dos professores e as escolas nas quais trabalham e, para explorar e ilustrar essa informação, optou-se pela criação de mapas, desenvolvidos pelo software QGIS e os trajetos utilizados foram obtidos no Google Maps.

Vale ressaltar que os dados foram analisados qualitativa e quantitativamente a partir de estatística descritiva básica e análise de conteúdo para as questões abertas do questionário e entrevistas semi estruturadas. A análise de conteúdo realizada nesta pesquisa parte da abordagem proposta por Bardin (2011), contendo as etapas de (1) seleção do material a ser analisado, (2) pré-análise, (3) exploração do material e (4) tratamento dos dados e inferências.

3. Resultados e Discussão

Ao comparar os documentos nacionais e estaduais que orientam o ensino de Sociologia no ensino médio em dois períodos muito distintos do Brasil (num primeiro momento no período da institucionalização da disciplina entre 2008 e 2015 e posteriormente entre 2016 e 2023), percebe-se que enquanto o primeiro foi marcado pelo governo Lula no Brasil e Roberto Requião no Paraná com tendências progressistas, o segundo foi marcado por dois governos federais: Michel Temer e Jair Bolsonaro, ambos situados a direita política e próximos ao mercado financeiro,

enquanto o estado do Paraná passou pelos dois mandatos de Beto Richa e de Ratinho Junior, com inclinações políticas semelhantes aos governos federais. Estes contextos ajudam a delinear a forma como são tratadas e elaboradas as políticas educacionais e seus currículos, consequentemente definem a inserção da Sociologia nos currículos brasileiros.

No contexto do pós-golpe de 2016, a BNCC e o NEM vem para soterrar os esforços pela consolidação do ensino de Sociologia. Os currículos centrados em habilidades e competências se aprofundam, mesmo mantendo a Sociologia como componente curricular na área de Ciências Humanas e sociais aplicadas, reduz-se seu espaço em sala de aula, tornando inviável o seu desenvolvimento de forma satisfatória. Além disso, influencia também nas condições de trabalho dos professores que lecionam esta disciplina.

Por se tratar de uma pesquisa ainda em andamento, apresentamos para este seminário alguns resultados preliminares das pesquisas de campo. Em síntese, diante da amostra explorada, apresenta-se um número elevado de professores com contratos temporários (51,4%), lecionando diversas disciplinas além da Sociologia e trabalhando em até cinco (5) escolas diferentes, acarretando um deslocamento entre residência e as escolas, resultando no desgaste físico e emocional destes trabalhadores. Este cenário evidencia como os professores de Sociologia do estado do Paraná encontram-se numa situação de flexibilização do seu trabalho. Por flexibilização, Piovezan e Dal Ri (2019), compreendem ser “a ampliação das atividades laborais desenvolvidas pelos professores” (2019, p. 2), esta flexibilização fica evidente diante do número de disciplinas que obrigam-se a trabalhar e pela inserção de plataformas educacionais. Além disso, esses professores encontram-se intensificados, ou seja, ainda de acordo com as autoras, a intensificação do trabalho docente é compreendida como “a expansão quantitativa do número de aulas,

turmas, alunos, turnos de trabalho e escolas que os docentes lecionam” (Piovezan; Dal Ri, 2019, p. 2,).

4. Conclusões

As recentes mudanças - a BNCC e o NEM - aprofundaram processos iniciados na década de 1990, preconizados na LDB/1996. O currículo centrado em Competências invade e se impõe diante dos professores e dos estudantes.

Os professores sofrem com as mudanças promovidas, com baixa carga horária semanal, obrigam-se a trabalhar em várias escolas, assumem diversas disciplinas, se desdobram para incorporar em seu trabalho as novas tecnologias que inundam as escolas. Além disso, ainda precisam lidar com os problemas históricos da educação brasileira, como a falta de estrutura nas escolas, os baixos salários, as salas de aula superlotadas, a violência escolar, entre outros.

Buscamos evidenciar as condições sob as quais estes professores estão submetidos. Os resultados são preliminares, limitando-se a uma análise descritiva, seja por meio de gráficos, tabelas ou mapa de deslocamento com relação a mobilidade urbana dos docentes. Encontramos um número grande de professores contratados temporariamente, atuando com diversas disciplinas e em muitas escolas. Os mapas que ilustram os percursos entre as moradias e as escolas onde trabalham e mostram que neste trajeto cotidiano os mais atingidos são os professores PSS.

Tanto as mudanças curriculares, plataformização da educação, reorganização do trabalho docente a partir de usos de tecnologias, quanto às precárias condições de trabalho dos professores possuem uma raiz em comum: as políticas neoliberais que mercantilizam a educação. É um paradoxo, pois estamos diante de uma situação onde professores precarizados contribuem para a formação de sujeitos precarizados.



5. Referências

Bardin, L. . Análise de conteúdo. Edições 70. *Lisboa. Portugal.* 2011

BRASIL. Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Ministério da Educação. 2018. (Introdução e Estrutura da BNCC, p. 5-34; A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 561- 579).

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de dezembro de 1996.

Dal Ri, N.M; Piovesan, P.R. Flexibilização e Intensificação do trabalho docente no Brasil e em Portugal. Educação e Realidade v. 44 n.2. Porto Alegre - 2019